

Observatório da Oposição 2025

04 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 96

**Lula dobrou a aposta e
Trump aplicou a tarifa
de 50%**

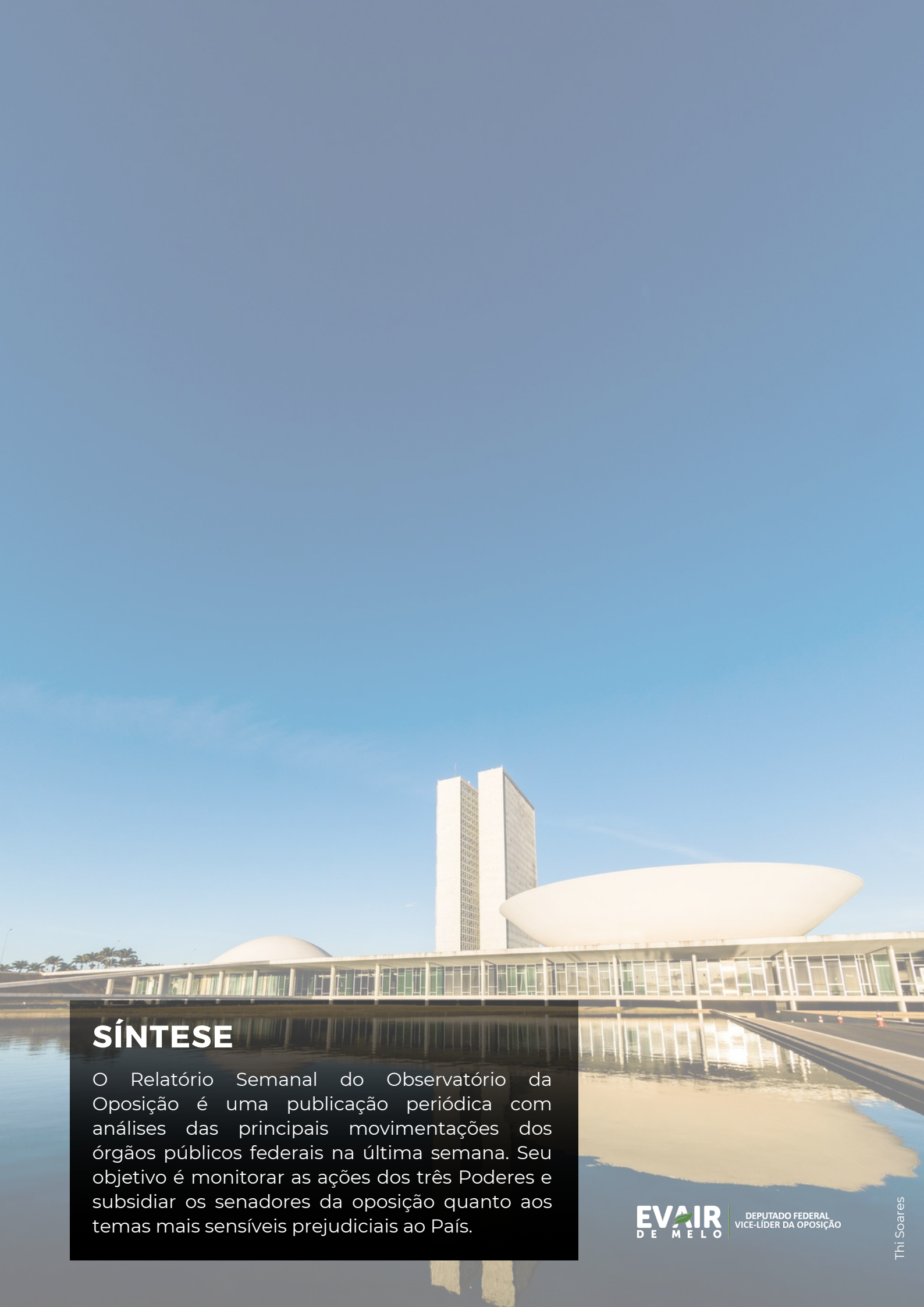


SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Página

Lula dobrou a aposta e Trump aplicou a tarifa de 50%

01

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

TCU aponta ampla paralisação de obras federais na gestão
Lula

09

3

ECONOMIA

Juros elevados e inadimplência indicam riscos à
sustentabilidade do programa “Crédito do Trabalhador”

14



1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula dobrou a aposta e Trump aplicou a tarifa de 50%

Quem viu Lula e próceres do PT, como o deputado Lindbergh Farias, na imprensa nos últimos dias teve a nítida impressão de que eles estavam se deliciando com a ameaça de Trump, praticamente pedindo que a tarifa de 50% fosse aplicada. Não há motivos para comemorar nem para sentir alívio com as isenções a certos produtos decididas por Trump.

Apesar dos apelos de diversos setores empresariais brasileiros, o presidente petista não se dignou a enviar uma carta ao presidente Trump pedindo a postergação da aplicação da nova tarifa ou sinalizando a intenção de dialogar. Ao contrário, insistiu num discurso de confronto e animosidade contra o líder do maior parceiro econômico do Brasil, os Estados Unidos da América.

Com esse país, nós não temos apenas uma profunda relação econômica de comércio e investimentos recíprocos, temos identidade cultural e de valores. Americanos e brasileiros são amantes da liberdade e do Estado de direito! Mas isso, como sabemos, não agrada a Lula nem ao PT. Agora o Brasil é alvo da mais alta tarifa americana aplicada a um país. Já havíamos



alertado, em edição anterior, que a verborragia de Lula na reunião dos BRICS tinha servido de gatilho para a carta de Trump. Vejamos o que Lula falou neste mês de julho:

9 de julho

Lula reagiu às declarações de Trump em carta à presidência do Brasil, convocando uma reunião de emergência com ministros e afirmando:

“Não aceitamos nenhuma reclamação contra a reunião do BRICS... Não aceitamos interferência de quem quer que seja.”

Ele também classificou como “chantagem inaceitável” a ameaça americana de tarifar países que negociassem com o BRICS (Fonte: [Uol](#)).

10 a 16 de julho de 2025

Lula anunciou que o Brasil aplicaria tarifas recíprocas em resposta à imposição dos EUA:

“Se taxar o Brasil, haverá reciprocidade”

Ele denunciou a medida como uma tentativa de “ingerência nas eleições de 2026” e reiterou que Trump foi eleito para ser presidente dos EUA e não imperador do mundo (Fonte: [Elpais](#)).

18 de julho – Evento em Goiás e pronunciamento à noite

Ao falar a jovens em Goiás, Lula declarou:



“Nenhum gringo vai dar ordem para este presidente,” e classificou o tarifaço como **arrogância imperialista**.

“Se Trump vivesse no Brasil e tentasse fazer no Brasil o que fez no Capitólio, certamente seria julgado e poderia ser preso”, disse ele.

À noite, reafirmou que foi alvo de “**chantagem inaceitável**” e que o Brasil rejeita interferência externa, inclusive em plataformas digitais estrangeiras operando no país.

Fonte: [Anadolu Agency](#) e [Gov.br](#)

Como se vê, Lula insistiu em afrontar Trump. Comportamento diferente, por exemplo, da líder mexicana, presidente de esquerda, que simplesmente sentou para negociar com os EUA. Aliás, China, Rússia, Índia, Canadá, União Europeia, todos fizeram o mesmo. Alguns com bons resultados.

Mas Lula e o PT não estão preocupados com o Brasil ou com os impactos econômicos da tarifa agora confirmada por Trump. Eles acreditam que rivalizar com Trump vai assegurar sua reeleição.

Lula fala em interferência externa. É preciso lembrar que Trump não está adotando medidas ou realizando ações em solo brasileiro. As tarifas são dos EUA, são aplicadas em solo americano, serão pagas por importadores americanos e são aplicadas conforme normas americanas.

Parece haver uma sensação de alívio no país após a confirmação da nova tarifa. Trump excluiu da lista alguns produtos importantes, como suco de laranja e aviões. Analistas divergem sobre o percentual do comércio com os Estados Unidos que foi poupado da tarifa de 50% (40% mais os 10% já aplicados desde abril). Os cálculos variam de 35% a 51% de comércio poupado. Pelos nossos cálculos, esse número ficou em 44,5%, considerando as exportações de 2024. Isso cai para 41% quando se trabalha com os números de 2025. Há um detalhe importante que não está sendo muito comentado. Dos 694 códigos que foram "isentos" da tarifa adicional, 565 são códigos em que o que está isento é a importação de equipamentos para aviação civil, não são todos os produtos classificáveis sob o código. Nesse conjunto tem até smartphone, com US\$ 10 milhões de exportações em 2024. Excluindo-se os 3 códigos desse conjunto com as maiores exportações, que são códigos exclusivos do setor de aviação, o resto respondeu por US\$ 1,85 bilhão em 2024, o que correspondeu a 4,6% das exportações brasileiras para os EUA naquele ano. Portanto, uma parte dessas exportações serão sim objeto da nova tarifa.

Fato é que em torno de 55% das exportações brasileiras para o seu segundo maior parceiro comercial serão taxadas em 50%. Em 2024, US\$ 40,4 bilhões foram exportados pelo Brasil aos EUA. No primeiro semestre de 2025, esse número já foi de US\$ 20 bi. Isso significa que aproximadamente US\$ 22 bilhões em exportações, a valores de 2024, serão fortemente reduzidas com impacto sobre a atividade produtiva, renda, emprego e câmbio no Brasil. Produtos importantes como aço, carnes, café, transformadores elétricos, bulldozers, carregadeiras, pneus, granitos, mel, frutas, dentre outros, serão taxados em 50%. A pauta com os Estados Unidos é muito diversificada e abriga uma quantidade enorme de produtos manufaturados de maior valor agregado. São produtos que individualmente representam parcelas menores da pauta, mas que respondem por milhares de empregos qualificados no país. Definitivamente não há o que comemorar.

O governo chegou a publicar nota estimando que 44,6% das exportações aos EUA tinha sido poupado da nova tarifa e que apenas 35,9% estaria sujeito a ela. Isso foi noticiado pela imprensa como uma prova de que o tarifaço tinha sido muito menor do que o esperado. Mas, o que acontece com os 19,5% que estão faltando? A própria nota do governo esclarece que essa parcela corresponde a produtos que já estavam tarifados em 50%, sobretudo siderúrgicos e metalúrgicos, ou em 25%, caso de automóveis ou suas peças. Esses últimos tiveram exportações em 2024 inferiores a 1% da pauta. Foi preciosismo técnico do governo ou uma contabilidade criativa para minimizar o impacto do tarifaço na mídia?

A tabela abaixo mostra os 30 itens com as maiores exportações em 2024, classificados em códigos SH6, que são mais adequados para o cruzamento de informações comerciais entre dois países. Aponta também o que foi “isento”, ou seja, foi poupado da aplicação dos 40% adicionais, e aquilo que foi “taxado”, ou seja, o que se submeterá à nova tarifa.

Isento/Taxado	Código SH6	Descrição SH6	2024 - Valor US\$ FOB	% do Total
Isento	270900	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	5,830,983,860.00	14.40%
Taxado	720712	Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangular	2,774,470,802.00	6.90%
Taxado	90111	Café não torrado, não descafeinado	1,896,020,337.00	4.70%
Isento	470329	Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada	1,551,604,956.00	3.80%
Isento	720110	Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso <= 0,5% de fósforo	1,423,332,945.00	3.50%
Isento	880240	Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 15.000 kg, vazios	1,421,488,481.00	3.50%
Isento	271012	Óleos leves e preparações	1,039,510,069.00	2.60%

Isento	880230	Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 2.000 kg e <= 15.000 kg, vazios	955,670,697.00	2.40%
Taxado	20230	Carnes de bovino, desossadas, congeladas	885,026,418.00	2.20%
Taxado	722490	Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	738,433,075.00	1.80%
Isento	271019	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios	701,517,997.00	1.70%
Isento	200912	Sucos de laranja não congelados, não fermentados, com valor Brix <= 20	637,056,046.00	1.60%
Taxado	842911	Bulldozers e angledoizers, de lagartas, autopropulsores	520,411,073.00	1.30%
Taxado	842951	Carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal, autopropulsores	502,917,725.00	1.20%
Taxado	170114	Outros açúcares de cana	439,661,317.00	1.10%
Isento	680299	Outras pedras de cantaria trabalhadas de outro modo e suas obras	414,250,756.00	1.00%
Taxado	160250	Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	393,554,539.00	1.00%
Isento	281820	Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial	387,972,514.00	1.00%
Isento	260112	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	387,055,054.00	1.00%
Taxado	840999	Outras partes para motores diesel ou semidiesel	384,932,301.00	1.00%
Taxado	440910	Madeira de coníferas, perfilada	374,917,935.00	0.90%

Taxado	441829	Outras portas e seus caixilhos e soleiras, não classificados nos códigos anteriores	342,080,655.00	0.80%
Taxado	842920	Niveladores	311,749,705.00	0.80%
Taxado	850423	Transformadores de dielétrico líquido, de potência > 10.000 kVA	306,378,745.00	0.80%
Taxado	150210	Sebo de bovinos, ovinos ou caprinos	289,584,420.00	0.70%
Taxado	441239	Outras madeiras compensadas constituídas por folhas de madeira, cada uma das quais de espessura não superior a 6 mm	270,533,404.00	0.70%
Taxado	240120	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado	241,326,815.00	0.60%
Isento	880730	Outras partes de aviões, helicópteros ou aviões não tripulados das posições 88.01, 88.02 ou 88.06	238,978,675.00	0.60%
Taxado	870410	Dumpers concebidos para serem utilizados fora de rodovias	236,728,641.00	0.60%
Taxado	440711	Madeira serrada ou fendida longitudinalmente, cortada transversalmente ou desenrolada, mesmo aplainada, lixada ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm, de pinheiro (Pinus spp.)	227,780,410.00	0.60%

Fonte: ComexStat/MDIC e Casa Branca

Não há razão para alívio. Tome-se o caso dos aviões. A Embraer é uma empresa que enche os brasileiros de orgulho. São quatro mil engenheiros desenvolvendo no Brasil tecnologia de ponta. A empresa produz o que há de mais complexo na indústria brasileira. Seus produtos são o ápice da agregação de valor na indústria nacional. É inegável que aviões estão entre os produtos mais avançados da tecnologia e do engenho humano. A Embraer compete, no que diz respeito à qualidade e à sofisticação de seus aviões e de seus produtos da indústria de defesa, de igual para igual com a Boeing, com a Airbus, com a Bombardier e com as fabricantes de jatos executivos. Não é por outra razão que o Brasil é parte, junto apenas com EUA, União Europeia e Canadá, do acordo setorial aeronáutico da OCDE, que estabelece regras comuns de financiamento das exportações de seus aviões para o resto do mundo.

Os Estados Unidos têm sido de longe o principal mercado da Embraer. Perder o acesso a esse mercado pode significar o fim da empresa. As consequências disso para o Brasil em termos de PIB, de desenvolvimento tecnológico e de geração de empregos qualificados seriam desastrosas. Seria também um tremendo revés em termos de desenvolvimento de tecnologia para a indústria de defesa brasileira e para nossas Forças Armadas.

Ser competitivo na exportação de aviões não se limita a fazer um produto de elevada qualidade. É preciso ter acesso a financiamento de longo prazo competitivo para as companhias aéreas compradoras. É preciso ter apoio para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Enquanto que para as empresas americanas, europeias e canadenses isso sempre foi relativamente fácil, para a Embraer no Brasil sempre foi desafiador. Agora, se coloque no lugar dos dirigentes da empresa. Se operar no Brasil sempre foi desafiador e o governo brasileiro insiste em afrontar o líder do seu principal mercado, por que não transferir suas operações para os Estados Unidos? O fato de Trump ter poupado os aviões brasileiros não afasta um cenário perturbador de incertezas para a empresa, principalmente quando não há sinais de que o governo brasileiro vá retroceder nas ações apontadas por Trump como fonte de suas preocupações. O mesmo raciocínio vale para empresas de outras indústrias, como a siderúrgica, de equipamentos elétricos e de máquinas pesadas. Mesmo num quadro de não aplicação de tarifas adicionais, mas de manutenção das tensões entre Brasil e EUA, há um risco considerável de deslocamento de ativos e investimentos do Brasil para os EUA, justo num momento em que os EUA vinham sinalizando elevado interesse de investir no Brasil em setores ligados à transição energética e à inteligência artificial.

A isenção da nova tarifa para alguns produtos brasileiros pode ter decorrido de preocupações do governo americano com o abastecimento dos EUA ou com setores estratégicos de sua economia, mas certamente significa também que Trump deu uma segunda chance a Lula de adotar uma postura mais responsável na relação entre Brasil e EUA. Se Lula insistir na direção contrária, não serão desprezíveis os riscos de que Trump volte atrás nas isenções. Definitivamente não há razão para sentir-se aliviado.

O governo tem falado num esforço de redirecionar exportações. Quem tem um mínimo de conhecimento sobre negócios sabe que isso não é tarefa fácil. Abrir as portas de novos clientes leva tempo e tem custo. A pauta com os EUA é repleta de bens de alto valor agregado que são demandados pelo setor industrial americano, muitos deles com especificações que só fazem sentido para o mercado americano. Mesmo para produtos mais genéricos ou commodities, redirecionar exportações implica desafios mercadológicos e logísticos. Repor a demanda do maior mercado consumidor do mundo na pauta de exportação brasileira requer abrir mercado em uma quantidade enorme de países com mercados menores e/ou abrir espaço em grandes mercados como China, Índia e União Europeia. Mas esses não são mercados tão permeáveis como o mercado americano. É preciso contar com crescimento de demanda nos novos mercados. O mercado europeu não se destaca por forte crescimento. China, Índia e as economias mais dinâmicas do pacífico estão distantes do Brasil, os fretes são mais caros. Aquilo que chega a preços competitivos nos EUA, que é aqui do lado, pode não ser competitivo em mercados do outro lado do planeta. Há produtos, como os perecíveis, que não podem sequer ser transportados nessa distância a fretes competitivos. Há ainda a questão das diferenças culturais e de preferência dos consumidores. Por fim, o Brasil nunca se destacou, como o Chile, em matéria de celebrar acordos comerciais. Portanto, o aconselhável é buscar assegurar o acesso ao mercado americano.

É hora de se buscar serenidade, de agir e falar com responsabilidade, de ter compromisso com o Brasil acima de oportunismos eleitorais e jogos de poder, de respeitar opositores e posições divergentes. Lula põe o país em risco com uma retórica agressiva, antiamericana, antiocidental, hostil à liberdade, preocupado apenas com o projeto de poder seu e de seu partido.



2

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇA

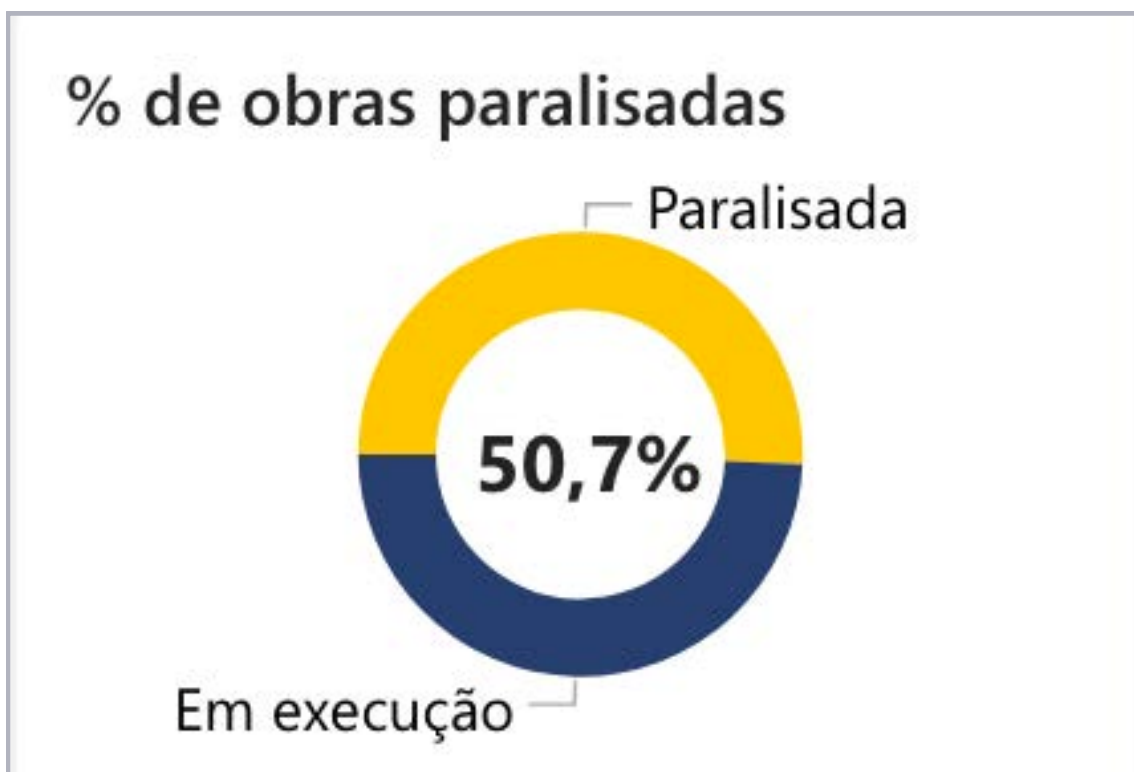
TCU aponta ampla paralisação de obras federais na gestão Lula

De acordo com o levantamento, 50,7% das obras financiadas com recursos da União estão paralisadas, apesar de já terem consumido R\$ 15,9 bilhões em investimentos. Seis estados administrados pelo PT e partidos aliados concentram 42% dessas interrupções, que afetam majoritariamente a saúde e a educação.

Análise

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou, em sessão plenária realizada em 30 de julho de 2025, novos dados do [Painel de Obras Paralisadas](#), revelando a persistência de índices alarmantes de interrupção em obras públicas financiadas com recursos federais. **De acordo com o levantamento, 50,7% das 22.607 obras vinculadas a verbas da União encontram-se paralisadas, o que corresponde a aproximadamente 11.469 empreendimentos inacabados em todo o país.**





Fonte: [Painel de Obras Paralisadas - TCU](#).

O estudo aponta ainda que os setores de educação e saúde são os mais afetados, concentrando cerca de 70% das obras paralisadas. No total, 8.053 projetos nessas áreas permanecem inacabados, afetando diretamente o acesso da população a creches, escolas e unidades de saúde.

Tabela - Obras paralisadas por setor.

Setor	Qtd obras paralisadas	%
Saúde	4,141	36%
Educação básica	3,912	34%
Infraestrutura E Mobilidade Urbana	1,476	13%
Outros	744	6%
Saneamento	349	3%
Turismo	288	3%
Educação superior	246	2%
Transportes	220	2%
Esporte	93	1%
Total	11,469	100%

Fonte: [Painel de Obras Paralisadas - TCU](#).

O presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, classificou o cenário como preocupante, uma vez que a paralisação dessas obras compromete a oferta de serviços públicos essenciais e prejudica o desenvolvimento social e econômico de diversas regiões. O impacto orçamentário também é significativo. Estima-se que cerca de R\$ 15,9 bilhões já tenham sido investidos nas obras atualmente paradas, o que evidencia o risco de desperdício de recursos públicos. **Além disso, chama a atenção o fato de que muitas obras recentes também enfrentam interrupções: das 5.505 iniciadas entre abril de 2024 e abril de 2025, aproximadamente 1.200 já se encontram paralisadas, correspondendo a 22% do total.**



“O cenário de obras públicas paralisadas no Brasil, já considerado um problema crônico, tem trazido impactos negativos tanto na prestação de serviços essenciais à população quanto na gestão dos recursos públicos”.

[Comunicação da Presidência, TCU.](#)

Do ponto de vista da distribuição estadual, chama atenção a elevada concentração de obras paralisadas em unidades da federação atualmente governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ou por aliados políticos. Apenas seis estados — Maranhão, Bahia, Pará, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — concentram 4.757 empreendimentos interrompidos, o que representa aproximadamente 42% do total de obras paralisadas no país.

Tabela - Quantidade de obras paralisadas (MA, BA, PA, CE, PB e RN).

UF	qtd	%
MA	1,225	11%
BA	926	8%
PA	889	8%
CE	657	6%
PB	552	5%
RN	508	4%
Total	4,757	42%

Fonte: [Painel de Obras Paralisadas - TCU.](#)

Os dados disponíveis indicam que os atrasos na execução das obras públicas paralisadas não podem ser atribuídos à escassez de recursos financeiros. Diversos estados já receberam volumes expressivos de recursos federais, evidenciando que os principais entraves à continuidade dos projetos são de natureza administrativa, técnica ou de gestão.

A Bahia é o estado que mais recebeu recursos em termos absolutos: R\$ 1,5 bilhão dos R\$ 2,8 bilhões previstos, o que representa 53% do total. Em seguida, o Pará recebeu R\$ 1,08 bilhão (50% dos R\$ 2,18 bilhões estimados), e o Ceará, R\$ 1,13 bilhão (58% de R\$ 1,95 bilhão). Outros estados com repasses relevantes incluem o Rio Grande do Norte, com R\$ 523,3 milhões (50% de R\$ 1,04 bilhão), a Paraíba, com R\$ 491,5 milhões (55% de R\$ 897,7 milhões), e o Maranhão, com R\$ 653,4 milhões (44% de R\$ 1,49 bilhão).

Tabela - Recursos previstos e efetivamente investidos nas obras paralisadas.

UF	Valor total previsto	Recursos Federais Investidos	% recebido
CE	R\$1,958,553,250.76	R\$1,138,795,005.37	58%
PB	R\$897,707,579.17	R\$491,570,715.72	55%
BA	R\$2,828,681,544.86	R\$1,507,991,903.75	53%
PA	R\$2,184,392,832.13	R\$1,089,801,544.51	50%
RN	R\$1,049,210,441.07	R\$523,330,881.83	50%
MA	R\$1,498,438,047.89	R\$653,442,240.53	44%

Fonte: [Painel de Obras Paralisadas - TCU](#).

Esses números reforçam a tese de que a paralisação de milhares de obras, mesmo após substanciais repasses federais, está mais relacionada a entraves administrativos, falhas de planejamento, problemas técnicos ou de gestão contratual do que propriamente à ausência de recursos financeiros.

No mesmo sentido, o TCU aponta que a superação do elevado número de obras paralisadas exige mais do que ações pontuais, demandando o fortalecimento da governança e do planejamento na gestão da carteira federal de projetos. Em resposta, o Tribunal tem promovido auditorias temáticas e articulações institucionais, incluindo a aprovação de acórdão que determina à Casa Civil a elaboração de um plano de gestão específico para obras federais, com o objetivo de racionalizar o uso dos recursos públicos e reduzir, de forma preventiva, as interrupções.

A paralisação de milhares de obras públicas nas áreas de saúde e educação representa uma grave ameaça à efetividade dos direitos sociais fundamentais garantidos pela Constituição. **Com mais de 11 mil empreendimentos inacabados, o país convive com creches, escolas e unidades de saúde que, embora tenham recebido recursos federais, permanecem inutilizadas, negando à população — especialmente a mais vulnerável — o acesso a serviços essenciais, agravando as desigualdades.**



3 ECONOMIA

Juros elevados e inadimplência indicam riscos à sustentabilidade do programa “Crédito do Trabalhador”

O programa de crédito consignado privado apresenta falhas operacionais, juros altos e inadimplência alarmante. Ademais, o uso do FGTS como garantia expõe as incoerências do atual governo, que opta por servir aos banqueiros em detrimento dos interesses dos trabalhadores. O programa também pode agravar riscos econômicos e sociais, estimulando a informalidade e a rotatividade.

Análise

O novo modelo de crédito consignado privado para trabalhadores com carteira assinada (CLT), lançado em março de 2025, apresentou inadimplência superior ao esperado para a modalidade. [Segundo a Associação Brasileira de Bancos \(ABBC\)](#), entre 10% e 15% do valor previsto na primeira parcela não foi recebido. Essa alta inadimplência resulta, em parte, de falhas operacionais no sistema do governo, gerido pela Dataprev, e das dificuldades das empresas para realizar corretamente os descontos em folha.



“Para as empresas essa modalidade de crédito tem trazido algumas preocupações, pois no crédito do trabalhador o departamento pessoal ou de recursos humanos (RH) não decide se vai oferecer ou não o empréstimo consignado para os colaboradores (a empresa só ficará sabendo após a contratação), **mas é responsável por fazer a parte operacional dos descontos das parcelas e envio de informações ao eSocial. As empresas precisam ajustar seus sistemas e treinar pessoas para a realização dessas atividades o que, naturalmente, gera preocupações**”.

[Alex Nery, professor da FIA Business School.](#)



Até o final de julho, o programa “Crédito do Trabalhador” liberou R\$ 22,5 bilhões em empréstimos para cerca de 3,2 milhões de trabalhadores. A proposta era ampliar o acesso ao crédito com juros menores que os do crédito pessoal, especialmente para funcionários de pequenas empresas, tradicionalmente não contemplados pelo consignado. [O Banco do Brasil lidera o mercado do novo crédito consignado privado](#), com mais de R\$ 6 bilhões em contratações, cerca de 26,6% do total, e aproximadamente 600 mil operações desde março, com valor médio de R\$ 10,1 mil por empréstimo.

Não obstante à redução relativa, os juros praticados seguem elevados: 3,9% ao mês (aproximadamente 58,3% ao ano), acima dos 2,9% ao mês inicialmente esperados pelo governo, sendo possível comprometer até 35% da renda dos trabalhadores com a consignação em folha.

Deve-se considerar também que para acessar essas taxas elevadas, é exigido o uso do FGTS como garantia — um recurso destinado à proteção social do trabalhador em diversas situações, mas que não pode ser utilizado livremente para consumo. Nesse contexto, em vez de permitir o uso direto do FGTS pelos trabalhadores, o governo optou por restringir sua utilização como garantia para empréstimos, o que acaba comprometendo essa reserva em caso de inadimplência. Essa medida revela uma certa ironia normativa, especialmente para um governo que se posiciona como antagonista dos [“banqueiros gananciosos”](#), ao limitar a autonomia financeira do trabalhador e incentivar seu endividamento a juros altos.

Os efeitos do novo programa já começam a aparecer no mercado de trabalho. [Setores com alta rotatividade, como o supermercadista — o maior empregador formal do país](#) — alertam que o endividamento provocado pelo crédito consignado pode intensificar os pedidos voluntários de demissão, agravando a escassez de mão de obra. Para muitos trabalhadores, o abandono do emprego formal será uma saída para evitar o superendividamento.

Segundo dados recentes do Caged, 59% dos desligamentos em hipermercados foram voluntários — um salto em relação aos 42% registrados há cinco anos.



“O crédito consignado, da forma como foi lançado, precisa ser revisto com urgência. Temos visto parcelas impagáveis, juros superiores aos do cartão de crédito e famílias sendo empurradas para a informalidade. Isso é grave e afeta toda a economia”.

João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em reunião no MTE.

"O produto Crédito do Trabalhador é bom, a ideia é boa. Nossa preocupação é que a taxa tem ficado muito alta, e isso pode gerar vários problemas".

Victor Pinelli, sócio da Ártico Capital, registro da Folha de São Paulo.



Salienta-se que há também uma contradição estrutural na política econômica atual. O governo estimula o crédito subsidiado para ampliar o consumo, enquanto o Banco Central eleva a taxa básica de juros para conter a inflação — problema fortemente influenciado pela baixa disciplina fiscal do próprio governo. Essa incoerência entre estímulo ao crédito e aperto monetário reduz a eficácia do controle inflacionário e compromete a estabilidade macroeconômica. Na prática, o governo parece estar comprometido em “colocar mais combustível na fogueira”.

Outro aspecto crítico refere-se à baixa adesão à portabilidade do crédito consignado, mecanismo que, em tese, atuaria como instrumento de disciplina de mercado ao favorecer a concorrência entre instituições financeiras e, conseqüentemente, amortecer as taxas de juros praticadas. Entre março e junho, apenas 428 operações foram realizadas devido a entraves técnicos e regulatórios. Ajustes operacionais previstos para agosto podem facilitar a portabilidade, mas o cenário atual limita o potencial de redução das taxas.